

## Vereadora Josi prepara Indicação sobre melhorias para o trabalho dos Conselheiros Tutelares

**Montenegro** - A luta pelo suporte que há alguns anos o Conselho Tutelar vem reivindicando, "o qual entendemos necessário ter atendimento" foi tema esta semana de reunião na Câmara, coordenada por Josi Paz (PSB). Uma das principais reivindicações: o recebimento de Vale-Alimentação, "algo que estamos sempre tentando obter, e nunca se conseguiu nada", diz uma Conselheira. E concessão de Licenças, como Pater-

nidade e Saúde. "Não temos direito a nada, só ao salário e as férias", lamenta outra. Chegou ao conhecimento da vereadora Josi que, recentemente, o Conselheiro Marcelo Claro, como não tinha direito à Licença Paternidade, teve que tirar férias quando nasceu o seu filho, para poder auxiliar sua esposa. O conselheiro encaminhou consulta à Procuradoria Geral do Município quanto à possibilidade de obter a Licença, mas diz

que teve como resposta: há um silêncio na Lei sobre o assunto. "Se há um silêncio, o Executivo poderia ter pago", entende Marcelo.

"Ao contrário", diz André Luís de Mello, Procurador da Procuradoria Geral do Município. "Há o princípio da legalidade estrita: é só o que a Lei diz que é, e da forma como é". Alan Jesse de Freitas, também integrante da PGM, complementa: "só é possível fazer o que é mandado por

Lei. O que não está previsto, ainda que em silêncio, não há autorização para ser feito".

O Jurídico lembra que no Estatuto do Conselho está prevista a Licença à Gestante de até 120 dias, sem prejuízo ao recebimento do salário, e Licença Paternidade de até 15 dias. "Ou seja: não nos autoriza a pagar. Ao pai, nos dá a opção de 15 dias e não fala, expressamente, em pagamento", comenta Alan.